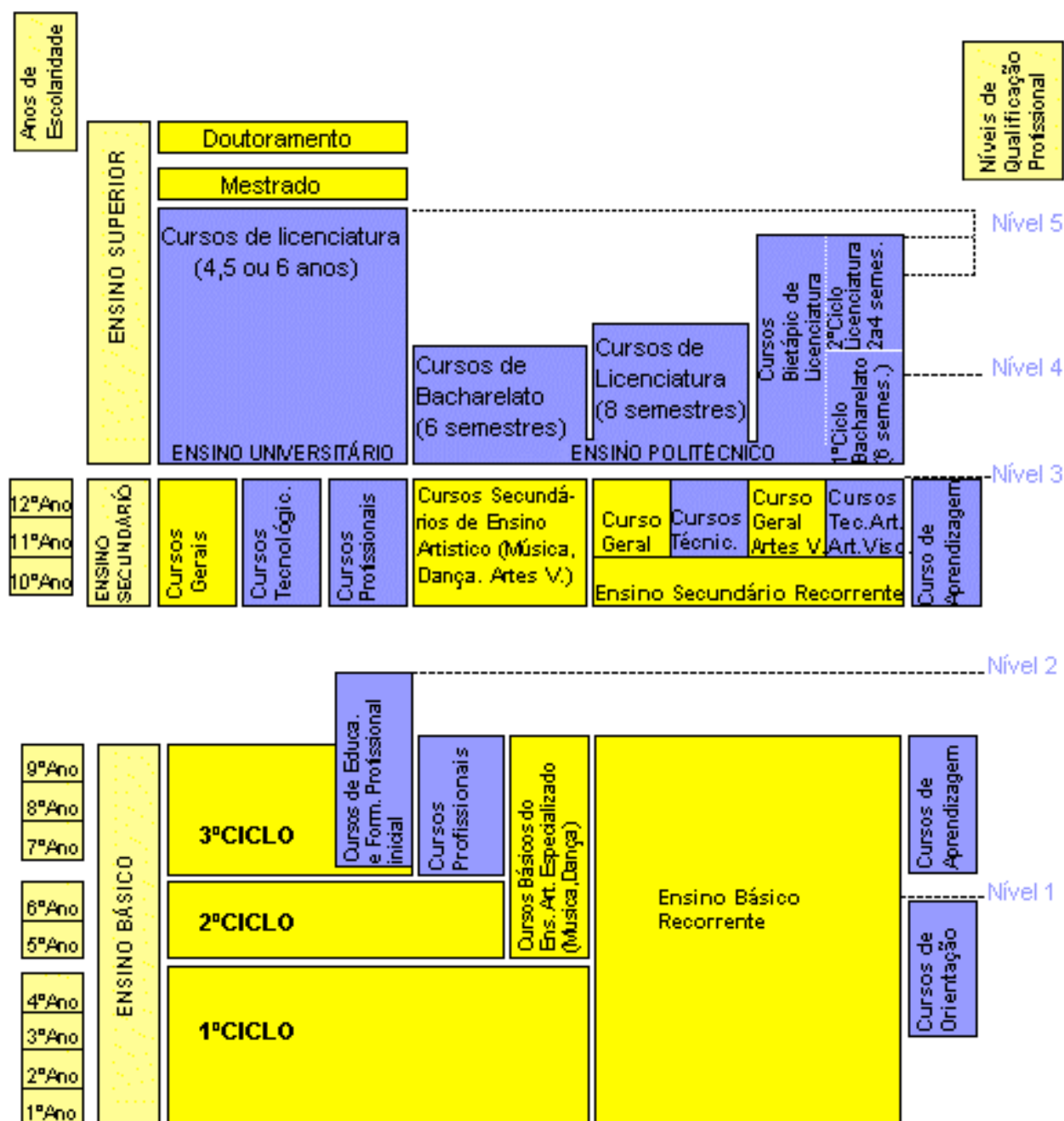


Interculturalidade e Factores de Diversidade

1. Enquadramento legal na atenção à Diversidade

Para que seja mais fácil contextualizar a legislação existente sobre as medidas previstas no sistema educativo para atender à diversidade, começaria por apresentar o Organograma deste sistema e realizar uma nota de esclarecimento.

A - Organograma do Sistema Educativo



B – Nota de esclarecimento

No sistema educativo português processam-se neste momento profundas alterações curriculares. No presente ano lectivo, 2001/2002, essas alterações foram iniciadas no 1º e 2º ciclos do ensino básico (Decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro), e entre 2003 e 2005 estender-se-ão ao 3º ciclo do ensino básico.

O ensino secundário, por seu turno, será objecto também de uma reforma curricular, ainda não regulamentada.

Todas estas alterações, segundo o Ministério da Educação visam uma efectiva educação para a cidadania “ A educação para a cidadania nas nossas escolas deve entender-se, em primeiro lugar, como a capacitação de cada criança e de cada jovem para estruturar a sua relação com a sociedade, de acordo com regras básicas de convivência que valorizem a autonomia, a responsabilidade individual e a participação informada”.¹

1- In Documento Ministério da Educação, 16 de Abril 1991

Enquadramento Legal

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro.

Estabelece o quadro geral do sistema educativo. Nela se afirma que todos os portugueses têm direito à educação e cultura e que o Estado é responsável pela democratização do ensino, garantindo igualdade de oportunidades no **acesso** e **sucesso** escolares. Afirma-se no artigo n.º2 ponto 5 ” A educação promove o desenvolvimento democrático e pluralista, respeitador dos outros e suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões...”

Estabelece a organização geral do sistema educativo, em: Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior.

Relativamente às modalidades especiais de educação escolar diferencia: A educação especial; A formação profissional; O ensino recorrente de adultos; O ensino à distância, o ensino do português no estrangeiro.

Enquadra-se também neste documento a educação extra-escolar, que tem por objectivo permitir que cada indivíduo aumente os seus conhecimentos e desenvolva as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência. São vectores da educação extra-escolar o analfabetismo, o desenvolvimento de aptidões tecnológicas, entre outras...

O capítulo 3 deste documento, refere os Apoios e complementos educativos, para alunos com necessidades educativas específicas.

Decreto-lei n.º 319/91 de 23 de Agosto.

Regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares.

No artigo 2º lê-se no ponto 1 :” O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.” As adaptações previstas referem-se a: Equipamentos especiais; Adaptações materiais; Adaptações curriculares; Condições especiais de matrícula; Condições especiais de frequência; Condições especiais de avaliação; Adequação na organização de classes ou turmas; Apoio pedagógico acrescido; Ensino Especial.

Estas medidas são tomadas em função de casos concretos, optando-se sempre por medidas mais integradoras e menos restritivas.

Despacho n.º 22/SEEI/96 de 19 de Junho.

Regulamenta a criação de currículos alternativos.

Aplica-se a grupos específicos de alunos do ensino básico que se encontrem numa das seguintes situações: Insucesso escolar repetido; Problemas de integração na comunidade escolar; Risco de abandono da escolaridade básica; dificuldades condicionantes da aprendizagem.

Decreto-lei n.6/2001 de 18 de Janeiro

Este decreto define o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito curricular nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências de saída deste nível e, ainda, os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos. Situa-se na perspectiva de contribuir para a construção de uma concepção de currículo mais aberto e abrangente, associada à valorização de práticas de gestão curricular mais flexíveis e adequadas a cada contexto.

Lê-se no Artigo 1.º Objecto e âmbito: “ 1 - O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.”

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;

Interculturalidade e Factores de Diversidade

- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projecto educativo;
- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

Neste decreto-lei é importante também a introdução de uma nova ideia, expressa no seu artigo 8º, que passo a citar: “Língua portuguesa como segunda língua. - As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.”

Neste contexto, e como curiosidade, gostaria de referenciar um projecto de Educação Intercultural levado a cabo entre 93/94 a 96/97, ao abrigo do Despacho 170/ME/93 de Junho 1993. Este projecto teve por objectivo incentivar a educação Intercultural, que permitisse desenvolver atitudes de maior adaptação à diversidade cultural da sociedade portuguesa; considerar e valorizar os diferentes saberes e culturas das populações servidas pelas escolas abrangidas neste projecto; criar um sistema permanente de apoio aos órgãos de direcção e gestão pedagógica das escolas para o diagnóstico, concepção, realização e avaliação dos projectos de intervenção cultural.

Este programa terminou a 31 de Agosto de 1997, mas alguns dos seus apoios continuam a ser garantidos às escolas através das Direcções Regionais de Educação.

2. Descrição da turma A.

Sua Caracterização	Turma A 2º Ciclo- 6º ano Escolaridade Número de alunos: 25
	<ul style="list-style-type: none">• 23 alunos têm idades compreendidas entre os 11/12 anos.• 2 alunos têm 14.• 3 alunos são de etnia cigana.• 1 dos alunos de etnia cigana tem nacionalidade Romena. Não fala português. O pai deste miúdo é português, domina a língua e mostrou-se empenhado a procurar apoio para a integração do filho.• Todos os outros alunos são de nacionalidade portuguesa.• 5 alunos têm carências sócio-económicas e afectivas graves. Tem dificuldade de relação com os companheiros da turma.• 3 alunos revelam um óptimo percurso escolar, têm uma relação activa com a escola e com os professores.

3. Elementos do Contexto Escolar

A- Caracterização

A escola situa-se junto a uma área residencial problemática. Muitas das crianças que frequentam a escola revelam um padrão de afectividade baixo, associado a abandono familiar e dificuldades económicas acentuadas. Os 5 alunos que fazem parte da turma A, e que revelam dificuldades na relação com os companheiros, vêm desta área residencial. Têm códigos linguísticos próprios e revelam muita agressividade.

Os pais, na sua maioria, não se mostram muito participativos, nem cooperativos com as actividades da escola.

Todas estas condicionantes não propiciam muitas das vezes, a alguns alunos, um ambiente favorável às aprendizagens curriculares.

B- Atitude da Escola

A Escola (Administração; Professores, Direcção Regional) entendeu elaborar para este ano uma campanha, que intitulou “Construindo a nossa Escola...” procurando essencialmente um envolvimento afectivo dos alunos com a escola, tentando prevenir, deste modo, atitudes violentas e agressivas, pela co-responsabilização dos alunos pelo próprio espaço. A Escola para incentivar os alunos a aderirem a este projecto, mostrou desde logo disponibilidade para:

- Ceder espaço para a realização de murais ou graffitis alusivos à escola e seus alunos;
- Atribuir diferentes espaços do jardim da escola, que poderiam ser tratados pelos alunos das diferentes turmas.
- Angariar fundos, através de “feiras” organizadas na escola, para a compra de duas mesas de matreco para a sala de convívio dos alunos.
- Promover mais actividades de desporto colectivo no âmbito do desporto Escolar.

Para esta campanha, serão também convidados os encarregados de Educação, que poderão de muitas formas contribuir com os seus conhecimentos, para um maior envolvimento da escola com o meio e poderá a escola contribuir também para que os pais compreendam um modelo social mais inclusivo, começando a sua prática na própria escola.

4. Plano de acolhimento para a Turma A.

A escola para poder preparar um plano que permita uma actuação integradora na turma A, deverá ter em consideração os seguintes aspectos:

- Criar estratégias de acolhimento e integração de todos os alunos (com actividades curriculares que valorizem os seus percursos históricos, geográficos, culturais, linguísticos e psicológicos).
- Reformulação e utilização de material didáctico-pedagógico de valência multicultural.
- Promover o trabalho em cooperação e negociação pedagógica
- Promover festejos e produção de trabalhos de expressão multicultural.
- Distribuir estímulos e atenção específica a todos: a rapazes, a raparigas, aos de sucesso e insucesso...
- Auto-avaliar o investimento pessoal e o das estruturas escolares na transmissão de autoconfiança para o desenvolvimento dos alunos negativamente marcados pela sua condição sociocultural.
- Promover a participação activa dos pais e da comunidade nas actividades da escola. A Escola só pode proporcionar uma educação verdadeiramente multicultural e inclusiva se a própria sociedade o for também.

Partindo então do facto que na **Turma A** temos alunos com características específicas, características essas que à partida nos conduzem à ideia de dificuldades na aprendizagem, necessitando por isso de intervenção, e de acordo com os aspectos anteriormente referidos, seria a seguinte a minha **proposta do plano de acolhimento** :

A- Contacto com a família

Neste contacto com as famílias procurar-se-à, atendendo à diversidade dos alunos da turma:

a) Apresentar a todos os pais o Projecto educativo, o plano de actividades, os objectivos curriculares e o funcionamento da escola nos seus aspectos práticos. Referir o ajuste curricular

a realizar, no sentido de criar um ambiente que propicie uma melhor aprendizagem no contexto da turma. Referência à existência de actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua (caso específico do aluno cigano de origem Romena).

b) Informar todos os pais que no desenvolvimento do projecto educativo se realizarão actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e eminentemente lúdico e cultural, incidindo, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico. A este projecto deu-se o nome de “ Construindo a nossa escola...”. Avalia-se também da disponibilidade e interesse dos pais em participar neste projecto.

c) Detectar junto dos pais as expectativas relativamente aos seus filhos e relativamente à escola. É preciso dar especial atenção aos pais dos alunos de etnia cigana, particularmente aos daquele aluno que não é português.

d) Ouvir os pais naquilo que possam ser as suas preocupações ou anseios e que possam, ajudar a escola, a intervir de forma positiva junto dos seus filhos.

B- Currículo

Antes de mais, deverá ser realizada uma primeira avaliação que permita verificar o nível de aprendizagem da turma, para que deste modo se possa ajustar o currículo às possibilidades de cada aluno, tendo sendo particular atenção ao desenvolvimento das suas capacidades, quer de compreensão, quer de comunicação. Este currículo deverá permitir a obtenção de aprendizagens significativas, concretas e úteis para os alunos, que promova o desenvolvimento de conhecimentos, a reflexão, a formalização abstracta, a pesquisa, a resolução de problemas, e a socialização. Terá que ser desenvolvido segundo metodologias voltadas para processos de cooperação, onde as actividades desenvolvidas pelos alunos possam proporcionar êxito, responsabilidade e gratificação.

Dentro das áreas curriculares devem ser reforçadas actividades que valorizem percursos históricos, culturais, geográficos, linguísticos, que permitam perceber as diferenças como uma outra forma de ser e de estar ,conduzindo à compreensão e respeito por essa mesma diferença. Deste modo em áreas curriculares como a História, a Geografia e as Línguas, é possível reforçar as diferentes mensagens culturais, analisar criticamente os estereótipos de determinados tipos de Língua ...

Deverão também ser proporcionadas actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa, para aquele aluno cuja primeira língua não é o português. Esta actividade não deve ser desenvolvida em horário que não permita o envolvimento deste aluno em actividades que privilegiam o contacto e a relação com os seus colegas de turma (Ex. Aula de Educação Física).

Relativamente ao currículo é necessário ter muito claro: O que se pretende **ensinar**; Quais as **competências** iniciais dos alunos, **Como ensinar**; e como **avaliar**.

Esta flexibilidade do currículo é possível no enquadramento legal dado pelo decreto-lei n.º6/2001.

C- Metodologias

As metodologias, em estreita ligação com o currículo, pretendem que a intervenção na aula permita que todos os alunos desta turma consigam obter um real sucesso quer nas competências cognitivas, quer socio-afectivas. Todos os professores da turma deverão utilizar estratégias, metodologias baseadas no reconhecimento que os estudantes têm capacidades ou habilidades de aprendizagem diferentes, diferentes talentos e interesses. É fundamental, por isso, a determinação dos **objectivos** da aprendizagem, dos **conceitos** que se pretende efectivamente que os alunos adquiram.

Será então importante:

- a utilização de materiais de apoio diversos, e o cuidado na selecção dos manuais escolares, verificando neles que tipo de abordagem realizam face à interculturalidade.
- A utilização sistemática da experiência e da realidade de cada um dos alunos
- Planificação de diversos itinerários de actividades de aprendizagem para a aquisição de um mesmo conteúdo.
- Organização flexível das aulas e dos grupos.
- Uso de diferentes técnicas e modalidades: trabalho prático, de observação, de debate...
- Uso do método cooperativo que favorece os mecanismos de colaboração e ajuda, melhora a autoestima, favorecendo a aquisição de competências sociais.
- Trabalho de pares (nesta turma existem 3 alunos que revelam um bom percurso escolar e são participativos, eles podem ser elementos preponderantes para a dinâmica da turma).

É também importante a diversificação do método de avaliação, o que pressupõe que o professor considere que não existe uma única forma para avaliar as aprendizagens, nem que todos os alunos têm que ser avaliados do mesmo modo e com os mesmos instrumentos. A escrita, tem sido até agora, o instrumento em que se baseia toda a avaliação, mas não precisa de o ser. A avaliação contínua pressupõe outros elementos de avaliação.

D- Organização da Escola

Para que tudo funcione é muito importante que a escola esteja também organizada e estruturada em valores interculturais, que isso se reflecta nas suas normas e nas suas regras de actuação. Só desta maneira será perceptível no currículo oculto o clima que se viverá realmente na Escola. Um clima de abertura, respeito e tolerância onde a relação entre todos os membros da comunidade escolar se realiza na base da interacção, cooperação promoverá o espírito da aceitação/ compreensão das diferenças, que se pudera traduzir em comportamentos.

Esta escola, como anteriormente referido, propôs-se criar condições para que os alunos se sintam parte integrante dela. Antes do início do ano lectivo e com o intuito de criar um espaço acolhedor e onde ninguém se sentisse perdido, decidiu reorganizar os espaços verdes, deixando desde logo um espaço reservado aos alunos, e todos os espaços foram assinalados com cartazes orientadores, isto é, os alunos conseguem-se mover e orientar nas escola através de sinais indicativos.

E- Actividades Extra-curriculares

Realização de uma Exposição de trabalhos, resultado das actividades curriculares desenvolvidas ao longo do ano, que permita reflectir as diferentes abordagens culturais e os diferentes enquadramentos sociais, fruto de análise e desenvolvimento do plano curricular proposto para esta turma.

Organização da Semana dos Jogos: apresentação e realização de jogos/ brincadeiras, que são representativos para as crianças desta escola.

F - Primeiro Dia

No primeiro dia de aulas criaram-se actividades próprias através das quais fosse possível dar as boas vindas aos alunos, e que lhes permitisse explicar o Projecto Educativo da Escola e o Plano de Actividades traçado para o presente ano lectivo.

Decidiu a Escola, para este primeiro dia, organizar um Lanche/ convívio, procurando com isso criar um ambiente mais acolhedor para toda a comunidade escolar.

Para a Turma A decidiu-se pedir a colaboração do pai do aluno cigano que não sabia português, para que este servisse de interprete. Procedeu-se à apresentação da Turma, tendo esta sido iniciada pelo Director de Turma, e posteriormente, cada aluno foi realizando a sua própria apresentação .

5- Aspectos importantes para uma escola Intercultural

São múltiplos os aspectos a observar se queremos falar de uma Escola Intercultural e Inclusiva, ela não se centra unicamente nos currículos, ou nas actuações dos professores, ela será o resultado de uma multiplicidade de factores, que envolvem a Escola. Nomearia seis aspectos que considero importantes:

- Desenvolver um regime educativo não discriminador, onde não possam ter lugar atitudes racistas ou xenófobas.
- Organizar os currículos onde se possam privilegiar estratégias de construção de conhecimentos em interacção Intercultural.
- Incentivar a realização de materiais de apoio com diferentes características, que revelem a compreensão das diferenças culturais.
- Promover actividades e facultar espaços para convívio Intercultural: quer dos alunos entre si, quer com as próprias famílias.
- Promover a formação de professores para o desenvolvimento de currículos com enfoque cultural .

Bibliografia

Lluch, Xavier; Salinas, Jesus- Del projecto educativo al aula, in Cuadernos de Pedagogia, n.º264

Niza,S.(s/d) Necessidades Especiais de Educação: Da Exclusão à Inclusão na Escola Comum.
Lisboa: Movimento da Escola Moderna

Porter, Gordon; Richler,D – Changing Canadian Schools: Perspectives on Disability and Inclusion, Toronto Ontario: G. Allan Roeher Institute. www.calna.ab.ca

Índice

1- Enquadramento Legal	2
2- Descrição da Turma A	7
3- Elementos do Contexto Escolar	8
4- Plano de acolhimento para a Turma A	9
5- Aspectos importantes para uma escola Intercultural	14
Bibliografia	15